

Comunicado final

132

25/5/87

N

15

1. — Sob a presidência do Chefe de Estado da República Popular de Moçambique, Camarada Joaquim Alberto Chissano, realizou-se, em Maputo, de 21 a 22 de Maio de 1987, a VII Conferência Cimeira dos Chefes de Estado da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

2. — Os Chefes de Estado faziam-se acompanhar de importantes delegações governamentais.

3. — Os Presidentes da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe depositaram coroas de flores no Monumento aos Heróis Moçambicanos e prestaram uma sentida homenagem à memória do saudoso Presidente Samora Moisés Machel, um dos arquitectos da edificação e consolidação das relações de fraternidade, solidariedade militante e cooperação entre os «Cinco».

4. — Na sessão inaugural, os Chefes de Estado observaram um minuto de silêncio em homenagem à memória do inesquecível Presidente Samora Moisés Machel, intransigente e incansável combatente contra o colonialismo e o «apartheid» e pela independência, paz e bem-estar dos povos.

5. — Nesta sessão, o Camarada Presidente Joaquim Alberto Chissano dirigiu cumprimentos de boas-vindas aos seus homólogos da República Popular de Angola, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e proferiu um discurso que, pela sua importância, constitui uma fonte de inspiração para os trabalhos da Cimeira. O Presidente da República Popular de Moçambique, Camarada Joaquim Alberto Chissano, evocou a memória de Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Samora Moisés Machel, símbolos e artesãos da heróica e gloriosa luta pela libertação nacional, independência e soberania dos cinco povos irmãos.

Lembrou ainda aqueles que, em Moçambique e Angola, têm tido a defesa intransigente da independência

dos povos moçambicano e angolano.

6. — Usando da palavra, em nome dos Presidentes José Eduardo dos Santos, da República Popular de Angola, Aristides Maria Pereira, da República de Cabo Verde, Manuel Pinto da Costa, da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, e em seu nome próprio, o Presidente João Bernardo Vieira, da República da Guiné-Bissau, enalteceu a importância da VII Cimeira dos «Cinco» na República Popular de Moçambique, Estado da Linha da Frente e fortaleza da luta anti-imperialista, anticolonialista, anti-«apartheid», cujos resultados, na senda do relacionamento fraterno e militante que une os cinco países, permitirão o reforço da cooperação multiforme existente no seio do grupo.

7. — O Presidente José Eduardo dos Santos, da República Popular de Angola, proferiu durante a sessão inaugural da VII Cimeira, um importante discurso na qualidade de coordenador cessante dos «Cinco» no qual realçou a melhoria do funcionamento das diversas subcomissões e grupos de trabalho, salientando igualmente a necessidade de aperfeiçoamento dos métodos de trabalho da instituição, de modo a garantir o início duma etapa qualitativamente nova na cooperação entre os cinco países e assegurar a concretização dos objectivos preconizados.

Referiu-se na mesma ocasião à necessidade de se incrementar o comércio entre os «Cinco» e de se desenvolver subsidiariamente projectos no âmbito da agricultura.

8. — A Conferência Cimeira analisou o relatório de actividades da comissão ministerial apresentado pelo Ministro coordenador cessante, tendo apreciado as acções levadas a cabo no âmbito da cooperação entre os cinco países.

9. — A este respeito, os Chefes de Estado congratularam-se pelo esforço desenvolvido com vista à consolidação das relações privilegiadas de cooperação entre os cinco países e recomendaram a comissão ministerial no sentido de se empenhar, cada vez mais, na concretização global dos programas de acção aprovados.

10. — Após uma análise aprofundada do estado das relações de cooperação entre os «Cinco», a conferên-

cia aprovou o relatório da comissão ministerial e o programa de acção para a VII Cimeira tendo reafirmado as seguintes orientações:

- a) Intensificação da cooperação económica, devendo as potencialidades e capacidades existentes em cada um dos países ser utilizadas da melhor forma possível e em benefício mútuo;
- b) Reforço da consciencialização e confiança dos operadores económicos na viabilidade e vantagens da cooperação entre os «Cinco»;
- c) Desenvolvimento da cooperação em outros domínios da economia, como pressuposto para uma dinamização da actividade comercial, em estreita coordenação com o sector dos transportes, onde se impõe um estudo das tarifas marítimas e aéreas e de medidas de participação neste domínio capazes de incrementar as trocas comerciais entre os «Cinco» e destes para o exterior e vice-versa;
- d) Estudar a viabilidade da implementação do projecto comum para a melhoria dos sistemas educativos, para além dos intercâmbios culturais e desportivos que devem contribuir para o reforço do conhecimento mútuo entre os «Cinco»;
- e) Continuar a dedicar uma atenção especial à política de formação de quadros às actividades desenvolvidas no domínio da Administração, Justiça, Saúde e Comunicação Social, entre outros, enquanto factores essenciais para o desenvolvimento sócio-económico dos cinco países;
- f) Uma maior divulgação no seio dos cinco países dos ideais e princípios que levaram à criação do grupo com o objectivo de sensibilizar todos os sectores da vida pública, que ainda não assimilaram a verdadeira importância da sua dimensão;
- g) Uma maior eficácia e operacionalidade dos órgãos de coordenação e acompanhamento da execução dos programas

de acção estabelecidos nas cimeiras, com vista a rentabilização da cooperação entre os «Cinco».

11. — Os Presidentes consideraram positivos os resultados alcançados no domínio da cooperação político-diplomática entre os «Cinco» a qual se tem revelado um meio eficaz na luta contra o colonialismo e o «apartheid», pela consolidação da independência e soberania dos seus países.

12. — Os Presidentes procederam a uma troca detalhada de informações e de pontos de vista sobre a situação económica, militar, política e social existente em cada um dos países, tendo reiterado a importância do desenvolvimento da cooperação entre os «Cinco» como forma de apoio mútuo aos esforços nacionais com vista à consolidação das independências arduamente conquistadas.

13. — Ao analisar a situação prevalente na África Austral, os Chefes de Estado da República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe saudaram a política de paz da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique bem como os seus esforços no sentido de preservar e defender a independência, a soberania nacional e a integridade territorial dos seus países. Neste contexto, manifestaram o seu pleno apoio ao reinício do diálogo entre a República de Angola e os EUA e a assinatura do acordo de segurança celebrado entre a República Popular de Moçambique e a República do Malawi.

14. — Os Presidentes reiteraram o seu apoio às justas lutas dos povos namibio e sul-africano. Reafirmaram a sua solidariedade para com a SWAPO, o ANC e outras forças democráticas que, no interior da África do Sul, lutam pela erradicação do sistema do «apartheid». Os Chefes de Estado exigiram a libertação incondicional de Nelson Mandela e de outros patriotas sul-africanos encarcerados pelo regime racista de Pretória.

15. — Os Chefes de Estado destacaram o papel da SADCC como um importante instrumento de luta pela emancipação económica e saudaram a participação, cada vez maior, de paí-

ses e instituições financeiras internacionais nos seus projectos, em particular, nos corredores da Beira e do Lobito.

16. — Ao examinar a situação prevalente em Timor-Leste, os Chefes de Estado reiteraram o seu apoio incondicional à luta do povo maubere pela autodeterminação e independência, condenando a anexação do seu território pela Indonésia.

17. — Tendo registado com reconhecimento a simpatia as recentes iniciativas empreendidas, a conferência cimeira exortou, uma vez mais, o Estado português como potência administrante legal a assumir plenamente as suas responsabilidades históricas, jurídicas, morais e a entabular conversações com a FRETILIN.

Encorajou o Secretário-Geral da ONU a prosseguir os seus esforços no quadro da Resolução 37/30 da Assembleia Geral das Nações Unidas e reafirmou a importância da realização da Conferência Internacional de Solidariedade para com o Povo do Timor-Leste.

18. — A conferência cimeira reafirmou a sua solidariedade para com a luta do Povo saharauí, sob a direcção da Frente POLISARIO, seu único e legítimo representante, tendo salientado que a solução da questão saharauí reside na aplicação da Resolução 104 da QUA e das resoluções pertinentes da ONU e movimentos dos Países Não-Alinhados a este respeito, reiterou o seu apoio aos esforços desenvolvidos pelo Secretário-Geral da ONU em colaboração com o Presidente em exercício da QUA no sentido de levar as partes em conflito à mesa das negociações encorajando-as a prosseguir nessa via.

19. — No tocante à questão do Chade, os Chefes de Estado encorajaram o Presidente em exercício da QUA a prosseguir os seus contactos visando a procura de uma solução para o efeito, manifestando satisfação pela reactivação dos trabalhos do comité «ad hoc» da QUA.

20. — Os Chefes de Estado notaram com profunda preocupação a grave situação prevalente no Médio Oriente resultante da política agressiva e anexionista de Israel. Reiteraram a sua solidariedade inequívoca para com o Povo palestino sob a direcção do seu

único e legítimo representante, a OLP, na luta pelos seus direitos nacionais inalienáveis. Pronunciaram-se a favor da realização da conferência internacional sobre a paz no Médio Oriente com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP.

21. — Face ao conflito entre o Irão e o Iraque, a cimeira renovou o seu veemente apelo as partes beligerantes para procurar uma solução negociada que ponha termo a essa guerra fratricida.

22. — Os Presidentes manifestaram profunda preocupação face ao crescente clima de tensão na América Central, tendo condenado a ingerência estrangeira nos assuntos internos da Nicarágua. Neste contexto, reafirmaram o seu total apoio aos esforços que o Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio empreendem com vista ao estabelecimento da paz e tranquilidade naquela região.

23. — Os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de prosseguir os esforços visando o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional justa e equitativa em prol do desenvolvimento de uma cooperação vantajosa entre os povos.

24. — Os Presidentes constataram que a criação de novos tipos de armas de destruição massiva agrava ainda mais a actual situação mundial e põe em perigo a humanidade, reafirmando a sua convicção de que os avariados recursos humanos e materiais empregues na corrida armamentista poderão contribuir para a erradicação do subdesenvolvimento que afecta a maior parte do planeta.

25. — Neste contexto, congratularam-se pelas louváveis iniciativas de paz que têm sido empreendidas nos últimos tempos no âmbito do reatamento das negociações sobre o desarmamento entre os EUA e a URSS, tendo lançado um apelo às potências nucleares a adoptarem medidas concretas para que o espaço cósmico e o fundo dos mares sejam utilizados exclusivamente para fins pacíficos.

26. — Nesta conformidade, os Presidentes reafirmaram ainda o seu total apoio ao processo de transformação do Oceano Índico em zona desnuclearizada bem como a recente resolução das Nações Unidas relativa à preservação do Atlântico-Sul como zona de paz e cooperação.

27. — A cimeira reafirmou a sua firme adesão aos objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas, tendo destacado a importância da ONU como fórum para resolução dos problemas universais ligados em particular à paz e segurança internacionais e ao desenvolvimento.

28. — A cimeira realçou o papel positivo da política do não-alinhamento na criação de um sistema novo e equitativo das relações políticas e económicas internacionais, tendo considerado a importância da participação dos Países Não-Alinhados na procura de soluções para a maioria dos problemas internacionais. Nesta conformidade, os Chefes de Estado expressaram o seu apoio às decisões da VIII Conferência Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados.

29. — No termo dos seus trabalhos, os Chefes de Estado felicitaram a República Popular de Angola na pessoa do seu Presidente Camarada José Eduardo dos Santos, pela valiosa contribuição prestada ao fortalecimento das relações entre os «Cinco» durante o mandato de coordenação exercido pelo seu país.

30. — Os Chefes de Estado exprimiram a sua profunda satisfação pelo sucesso dos trabalhos da VII Conferência Cimeira e pelas perspectivas de acção que ela abre para a cooperação multiforme entre os «Cinco». Regozijaram-se, uma vez mais, pelo espírito tradicional de solidariedade e fraternidade calorosa que animou a cimeira, assim como a franqueza e abertura que caracterizaram os debates.

31. — Os Chefes de Estado acordaram que a VIII Cimeira terá lugar na República da Guiné-Bissau.

32. — Os Chefes de Estado da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe exprimiram o seu profundo agradecimento ao Povo moçambicano, ao Partido Frelimo e ao Governo da República Popular de Moçambique, na pessoa do seu Presidente, Camarada Joaquim Alberto Chissano, pelo caloroso acolhimento e hospitalidade fraterna e generosa de que foram alvo, assim como os membros das suas delegações.

Feito em Maputo, aos 22 de Maio de 1987.